

# Nota de imprensa

Rua Damasceno Monteiro, 114, 1170-113 Lisboa – Tel: 210 122 600 Fax: 210 122 629/99

www.sintap.pt  
informacao@sintap.pt

## **Governo insulta trabalhadores com aumentos irrisórios** **Negociações salariais terminam** **sob o lema da imposição**

A **FESAP** reuniu hoje com o Secretário de Estado da Administração Pública, no Ministério das Finanças, em Lisboa, para mais uma ronda do Processo de Negociação Colectiva 2007, tendo em vista a abordagem final das matérias salariais.

Assim, e como seria de esperar, o Governo termina este capítulo negocial como começou: sob o signo da imposição. A **FESAP** e os trabalhadores da Administração Pública não podem deixar de rejeitar claramente esta postura, completamente contrária ao que seria de esperar de um processo de negociação que se pretendia que fosse aberto e sério.

O Secretário de Estado informou que o Governo fecha as negociações salariais com os mesmo valores com os quais começou: **1,5% de aumento para o índice 100 da escala salarial** das carreiras do regime geral e especial, dos cargos dirigentes e dos corpos especiais. O mesmo **aumento, de 1,5%, será atribuído às pensões de aposentação, reforma e invalidez**, cujos montantes sejam superiores a uma vez e meia o salário mínimo nacional e inferiores a seis vezes essa referência, ficando em aberto a correcção das pensões de invalidez cujo valor seja inferior à pensão mínima paga pelo regime de segurança social.

As pensões cujo valor seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional sofrerão um **aumento de 2,5%**. As pensões cujo valor ultrapasse os seis salários mínimos não serão alvo de qualquer actualização. Apenas o subsídio de refeição sofreu uma alteração na proposta governamental, de **1,5% de actualização para 2,1%**, ou seja, de **6 para 8 cêntimos!** Um valor que permanece inqualificável!

Quanto às restantes matérias constantes no Caderno Reivindicativo apresentado pela **FESAP** ao Governo, ficou demonstrada por parte do Secretário de Estado vontade em trabalhar com os sindicatos, nomeadamente no que diz respeito a matérias como as pensões de invalidez, o SIADAP, vínculos contratuais e revisão do sistema remuneratório e de carreiras.

Esses não são porém motivos suficientes para diminuir o crescente descontentamento dos trabalhadores face aos sucessivos ataques que têm sofrido, situação agravada pela forma com o Governo conduziu o processo negocial para 2007, no qual, simplesmente optou pela via da imposição, descurando por completo sequer a hipótese de apresentação de contrapropostas pelos sindicatos representativos dos trabalhadores.

Mantendo-se esta política de imposição, poderá chegar o dia em que o Governo vai querer dialogar com os trabalhadores e os trabalhadores não estarão disponíveis para falar com o Governo, responsabilizando-se pelo insucesso da Reforma da Administração Pública, sem os quais nenhuma reforma poderá ser implementada.

Lisboa, 20 de Outubro de 2006

O Secretário Coordenador